



A ESTATÍSTICA E O FORTALECIMENTO DA VERDADE EDUCACIONAL EM TORNO DA ESCOLARIZAÇÃO COMPULSÓRIA

Ketlin Kroetz – IFSul

O presente artigo, parte da tese de Doutorado *Evasão Escolar e Governamentalidade: uma análise das tecnologias de governo para a manutenção de todos na escola*, tem como objetivo analisar a potência da estatística para o fortalecimento da verdade educacional a respeito da evasão escolar. Metodologicamente, o estudo utiliza as teorizações de Michel Foucault, especialmente seus estudos em *Segurança, Território e População*, quando o filósofo define a governamentalidade. A investigação toma como objeto analítico artigos científicos indexados em repositórios acadêmicos e publicados entre os anos 2015 e 2019. O objetivo do estudo consiste em problematizar os efeitos que as *verdades* sobre evasão escolar produzem, tramadas por dados estatísticos que definem, prescrevem e constroem um tipo específico de sujeito que tem um lugar *correto* a ocupar: a escola. É analisado como a estatística é acionada para fortalecer determinadas verdades educacionais. Tomando a estatística como campo de saber legítimo ela mobiliza, sensibiliza, convoca e incita a pensar a evasão escolar a partir de números, gráficos e alerta a sociedade a respeito de um *risco* que deve ser sanado. À guisa de conclusão, o estudo provoca a suspensão das verdades que nos atam no campo da Educação, estranhando a evasão escolar como problema e a escolarização obrigatória como solução.

Palavras-chave: Estatística; verdades; escolarização compulsória.

Introdução

“Está cientificamente comprovado”. Um dito tomado como verdadeiro; assumido como indiscutível. Ao flertar com a verdade¹, tal enunciação é confundida

¹ Assumimos o conceito de verdade a partir dos estudos teóricos que sedimentam esse artigo, a saber os trabalhos de Friedrich Nietzsche (2003) e Michel Foucault (2011; 2018). Discutiremos a esse respeito nas próximas páginas.





com a própria verdade. Basta esta expressão para que todo e qualquer resultado – derivado de aplicação metodológica para validação de hipóteses – seja tomado como “a” real explicação, interpretação ou associação de elementos que se configuram como objetos de determinada investigação ou problematização. Grande parte das formas de saber que emergiram na Modernidade apresentam status de verdade ao serem embasadas no método e, portanto, constituírem aquilo que denominamos de científico. Entre estas, as que se utilizam da comprovação numérica nos colocam, na maioria das vezes, em uma posição de indiscutibilidade. Quem ousaria questionar a matemática em sua pretensão pela exatidão?

Munidas da problematização em torno da estatística – e dos desdobramentos educacionais que ela produz – o presente artigo tem como objetivo analisar a potência da estatística para o fortalecimento da verdade educacional a respeito da evasão escolar.

Se grande parte da população levanta a bandeira pela educação de todos, o que deveria ser feito com os que se encontram fora da escola, os chamados evadidos? A evasão escolar passou a se tornar um problema de todos, e a busca pela quantificação dos que não estão na escola se torna cada vez mais frequente. No Brasil e, de modo geral, na América Latina, os documentos que fornecem um levantamento do sistema nacional de ensino apontam que questões sobre o rendimento escolar datam da época da República, quando somente uma pequena parte da população frequentava a escola. Contudo, em meados do século XX, o problema do rendimento escolar não só aumentou, mas se tornou um alvo sobre o qual era necessário agir. Tendo como mote a defesa de oportunidades iguais para todos, quando a escola se massifica e se estende às classes trabalhadoras, fundamentando-se na ideologia nacionalista de 1930 que tinha como tema um ensino obrigatório, universal e gratuito, a necessidade de escolarização se pauta no discurso de que as diferenças entre as classes trabalhadoras seriam diminuídas (VARELA; ALVAREZURÍA, 1992).

A tentativa era sustentar a ideologia de igualdade de oportunidades a todos por meio da escolarização e, embora o ensino, bem como sua clientela, tenham se ampliado, a reprovação e a evasão escolar aparecem como problemas. Muitas são

Promoção:



Apoio:





as tentativas de buscar soluções e explicações para os problemas de ordem educacional ao longo da história, tanto no Brasil quanto em outros países: de explicações psicológicas, sociais, até aquelas que, em virtude do aumento desenfreado pelo qual a escolarização passou, responsabilizar o próprio estudante pelo seu fracasso.

Estes discursos objetivam determinada situação e a reconhecem como um problema. Trata-se, assim, de um modo potente de conduzir a conduta dos indivíduos e fazer com que estes criem mecanismos para reverter a situação da evasão escolar. Os indivíduos devem se unir, se aliar e formar uma corrente para que todos se mantenham na escola e para que o número de estudantes evadidos diminua. Desse modo, o risco se torna visível e o problema da evasão escolar é produzido: todas as tentativas de inserir a evasão escolar em um campo de visibilidade vai ser condição para que um conjunto de dizibilidades sobre ela se coloquem em funcionamento.

Frente a essas discussões, o presente texto toma assento nos estudos de Michel Foucault e suas problematizações a respeito do governo populacional e suas estratégias de controle social. Uma das ferramentas colocadas em operação para isso é a estatística e é sobre ela que debruçamos nosso olhar. Desse modo, o estudo aqui apresentado se vale de 75 artigos científicos retirados de três repositórios acadêmicos, a saber Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e La Referencia. Os materiais foram selecionados a partir de uma busca avançada em cada site, indicando palavras-chaves como evasão escolar e o período de publicação compreendido de 2015 a 2019. Considerando a leitura do título e/ou resumo de cada texto, selecionamos aqueles que estavam mais próximos do estudo que vínhamos realizando, totalizando 30 artigos científicos que compuseram o material bibliográfico sob análise em nosso estudo.

Após ler esses artigos na íntegra, um modo de organização e encadeamento das ideias foi necessário, uma vez que os fragmentos destacados se encontravam dispersos entre as várias publicações. Enquanto alguns artigos possuíam, no máximo, dois fragmentos que poderiam ser utilizados, outros possuíam cerca de 20. Enquanto alguns apresentavam duas ou três linhas, outros possuíam em torno de

Promoção:



Apoio:





dois parágrafos. Os fragmentos foram destacados e organizados com o intuito de encadeá-los em conjuntos distintos em busca da produção de algum sentido.

A partir desse momento, adotamos classificações que pareciam interessantes e pertinentes para o trabalho, mesmo sabendo da provisoriedade e variabilidade desse processo. Mexendo com as peças desse quebra-cabeça com muitas enunciações, percebemos aproximações, entrelaçamentos e desenrolamos algumas palavras-chave que os aproximavam: agrupamos as enunciações a partir de correlações, o que significa dizer que as mesmas estavam implicadas no interior daquilo que cada palavra-chave poderia significar.

Trabalhar com a análise de artigos e documentos na perspectiva de monumentos, lendo-os em sua exterioridade, não na lógica interna que comanda a ordem do enunciado, permitiu que destacássemos regularidades discursivas que tentavam fugir de uma simples interpretação do seu conteúdo (FOUCAULT, 2013). Encontramos recorrências que, após algum tempo de exercício analítico, compuseram e determinaram o aspecto a ser analisado nesse estudo: O saber da estatística e o fortalecimento da verdade educacional em torno da evasão escolar. Foi constituído, assim, um modo analítico na medida em que conhecemos o material.

Para dar conta do nosso objetivo, organizamos essa escrita em três seções. A primeira, que finalizamos aqui, buscou situar o estudo e as estratégias metodológicas com as quais operamos. A seguir, discutimos a evasão escolar a partir de alguns dados de excertos de artigos científicos retirados dos três repositórios acadêmicos e os problematizamos junto aos estudos de Foucault e de autores contemporâneos que tencionam o modo como as estatísticas assumem um valor de verdade inquestionável em nosso tempo. Finalizamos o texto, quiça, potencializando em nós um momento de suspensão de sólidas verdades que nos atam enquanto sujeitos da Educação.

De estatísticas, verdades e invenções contemporâneas: a evasão escolar como problema educacional

Promoção:



Apoio:





Depositamos nossa confiança nos números. Isso não é sem razão. A consolidação da Modernidade, especialmente a partir do século XVIII, trouxe uma nova forma de governar totalmente diferente do que se conhecia até aquele momento. Com a entrada da Razão de Estado como modo de governo, a estatística aparece como um saber que opera para um “conhecimento das coisas”, elemento indispensável para o governo populacional: “[...] a estatística é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado” (FOUCAULT, 2008, p. 365). Para além de leis, o Estado deve ter a seu alcance um conjunto de conhecimentos técnicos e estatística é um meio de produzi-los.

Nessa esteira, Foucault nos ajuda a entender como se consolida uma forma de governo propícia a intervir nos modos de pensar e opinar da população. A governamentalidade, de que nos fala Foucault, age sobre os vivos, investindo em práticas de governo que operam sobre a população. É daí que ter o “conhecimento das coisas” ajuda a criar estratégias de intervenção, em nome da população. Dispor dos números que compõem as estatísticas contribui para tal conhecimento, investindo forças nos modos como dispomos de tais números fazemos crer na sua existência.

Como isso, não estamos colocando em xeque a existência dos números “em si”, mas o modo como eles são acionados e fabricados compondo certas verdades do nosso tempo. Quando imiscuídos aos nossos modos de ver o mundo, determinados dados assumem diferentes posições e são enxergados por nós, educadores, como problemas sociais que merecem nossa intervenção pedagógica. Pensemos no cenário da evasão escolar. Quando assumimos a verdade de que a Educação é uma *salvação do sujeito*, a evasão escolar é sempre tomada como problema e, desse modo, merece nosso investimento. Aqui, a evasão é um risco e devemos contê-la. Foucault (2008), ao tratar de quatro elementos dos dispositivos de segurança, define o risco como uma noção nova que criará uma série de intervenções em nome da vida. Com cálculos probabilísticos, a estatística vai compondo séries que se conectam para pensar em nome do futuro, do que poderá vir a acontecer. O objetivo é que, em defesa da vida, tais probabilidades possam ser

Promoção:



Apoio:





modificadas através de intervenções governamentais. Mesmo sendo considerada fundamental em algumas áreas do conhecimento, as medições e as previsões são dispersas e imprecisas. A isso chamamos de probabilidade. Algo é provável, mas não certo. A ciência, defendendo que até a incerteza deveria ser calculada, vai criar um modelo estatístico que descreva “[...] a natureza matemática dessa aleatoriedade” (SALSBURG, 2009, p.28). Os excertos² dos artigos abaixo demarcam a presença dessa probabilidade que, antes mesmo de acontecer, se torna um problema que merece a intervenção em nome da Educação para todos.

A idade de saída da escola tem efeito significativo e reduz em 2,5% e 0,4% o risco de homens e mulheres, respectivamente, entrarem no mercado de trabalho. Cada ano adicional na escola, controlando-se pelas demais variáveis, produz um efeito positivo para ambos os sexos. Quanto mais se prolonga a permanência na escola, em detrimento da entrada no mercado de trabalho, pode-se supor que o estoque de capital humano acumulado por meio da educação formal garantirá melhor inserção no mercado de trabalho (C10, p. 121).

[...] a leitura realizada por meio de contato direto com os alunos evadidos, quando associada a leituras numéricas, também permite uma visão clara dos efeitos de medidas tomadas outrora pela instituição, além de mostrar, com grande margem de segurança, o seu andamento interno e os anseios externos, sinalizando tomadas de decisões mais eficazes (A2, p. 55).

Também para a probabilidade de continuar os estudos, as características individuais e de *background* familiar, que se mostram significantes são a idade, o gênero e a escolarização dos pais. Os meninos têm menor chance de progredir nos estudos do que as meninas em algo em torno de 0,9 p.p. e 1,2 p.p. Alunos atrasados também possuem menor chance de evoluir ao longo do ciclo educacional: um ano adicional no atraso escolar está associado a uma redução de 3,2 p.p. a 4,5 p.p. na probabilidade de continuar os estudos. Alunos com pais mais educados também tem maior probabilidade de progresso educacional e o impacto de um ano a mais na escolaridade do responsável eleva esta chance em cerca de 0,3 p.p. a 0,4 p.p (B13, p. 32).

² Os excertos utilizados para a análise desse artigo foram extraídos de três repositórios acadêmicos. Ao recortar os excertos dos artigos, escrevemos atrás de cada um deles o número do artigo e a página na qual ele havia sido recortado. Sobre os artigos classificados, estes foram classificados do seguinte modo: artigos encontrados no Portal de Periódicos da Capes com a letra A; os artigos do Google Acadêmico com a letra B; as produções do La Referencia com a letra C.

Promoção:



Apoio:



[...] a educação dos pais, particularmente a da mãe, apresenta uma associação positiva com a probabilidade de estudar e, espera-se, uma relação negativa com a probabilidade de entrar no mercado de trabalho e de ter o primeiro filho (C10, p. 115).

A atratividade do mercado de trabalho local só parece afetar a probabilidade de continuar os estudos entre indivíduos que cursam o 2º ano do Ensino Médio: tanto a taxa de emprego quanto o salário dos jovens estão associados a menor chance de progredir para o 3º ano do Ensino Médio. A qualidade do ensino local se relaciona positivamente com a probabilidade de permanecer na escola, entre todas as séries avaliadas (B13, p. 32).

A questão da probabilidade de continuar os estudos, de ser mais ou menos provável continuar os estudos quando se trabalha, quando os pais são escolarizados ou até por questões de gênero, mostra o quanto a estatística, por meio do cálculo e análise dos eventos prováveis, passa a classificar a realidade objetivamente. Mais do que isso, as margens de segurança mostradas pelos números apresentam caráter de confiabilidade para quem lê, diferente se fossem utilizadas somente palavras. É defendido que um indivíduo com um histórico familiar onde o estudo predomina terá mais chances de continuar os estudos. Com dados do passado, criam-se probabilidades para o futuro, buscando conter o risco da evasão escolar. Tais previsibilidades estabelecem intervenções sociais em nome da Educação. Nesse sentido, quanto mais informações e detalhes dispusermos a respeito, mais efetivas serão as ações para conter seu risco. Devemos conhecer a população para melhor governá-la. Se os números governam, não é por se tratarem somente de números, mas pelo “[...] entrecruzamento dos discursos paralelos que circulam pelos relatórios para traçar o perfil e inventariar pessoas” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001, p. 126). Ademais, as “[...] distinções mais sutis dos agrupamentos internos na escolaridade permitem calcular melhor a população sobre a qual trabalhar e permitem, assim, aumentar as possibilidades de governança de inclusão e exclusão” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001, p. 124).

Ao pensar na estatística como instrumento para a validação, apresentamos a *numeramentalização* como uma potente estratégia utilizada pela estatística para validação de determinados assuntos. Compreendemos a numeramentalização/numeramentalidade, conceito criado por Samuel Bello, como

Promoção:



Apoio:



“[...] uma expressão que designe a combinação entre artes de governar e as práticas de numerar, medir, contabilizar, seriar e que, num viés normativo, orientariam a produção enunciativa de práticas sociais contemporâneas” (BELLO, 2012, p. 90). Mostrar e tornar algum dado visível por meio de uma tabela apresenta um poder de captura muito maior sobre os indivíduos do que uma infinidade de palavras aglomeradas em forma de texto. Se analisarmos em um viés cognitivo, mesclar números, texto e imagens em gráficos, pictogramas, tabelas, entre outros, reduz o esforço que o cérebro faz para compreender o que está sendo apresentado. Uma estratégia pautada em imagens, portanto, o que gera confiabilidade em quem vê.

Desse modo, percebemos os dados estatísticos como potentes formas de convencimento para tratar da evasão escolar. Por meio destes, são produzidas *verdades* sobre os estudantes evadidos, de modo que se busquem, por meio de dados quantitativos, estratégias para solucionar determinados riscos. Tal como a governamentalidade, as práticas pautadas em cálculos, medidas e organizações acabam por orientar as práticas na contemporaneidade, uma vez que é quando o indivíduo se torna um objeto que ele pode ser descrito em detalhes. Assim, são aprofundadas as possibilidades de governar a população.

Problematizar a evasão escolar significa lutar contra uma causa já vencedora. Além disso, vale destacar que não existe uma essência sobre o que é a evasão escolar. Ela é produzida a partir dos discursos que são feitos sobre ela e das práticas que a objetivam a partir de um conjunto de instituições, estratégias e de saberes que lhe permitiram existência. Se aprendemos com Foucault (2013) que as práticas formam os objetos de que falam, a evasão escolar se trata de uma invenção, onde saberes, poderes e instituições que visavam garantir uma escola para todos, de caráter universal, obrigatório e salvacionista, foram condições de possibilidade para a sua emergência.

É interessante apontar para a exacerbação que é dada aos motivos da evasão escolar, cujo objetivo é conhecer melhor suas causas para, posteriormente, atuar sobre elas envolvendo toda a comunidade escolar. Rumberger (2011), pesquisador estadunidense que se debruça sobre os estudos a respeito da evasão escolar, aponta que compreender as suas causas, por exemplo, é a chave para

Promoção:



Apoio:





encontrar soluções para esse problema. Desse modo, as pesquisas não apontam apenas um fator, mas inúmeros fatores que devem ser levados em consideração e que interferem nas decisões dos estudantes em deixar a escola, isto quando não são expulsos dela. A quantidade de estudos e proliferação discursiva que vem sendo realizada sobre tal temática traz muitos vieses e comparações. A partir destas, surgem perfis mais ou menos propensos a evadir, gráficos que mostram as quantidades dos que estão fora da escola e as populações que representam risco de evasão. A procura de culpados, de hipóteses que podem ser consideradas verdadeiras sobre a evasão escolar, a responsabilização pela qual são colocados os professores e os próprios estudantes vão inserir a evasão escolar em uma espécie de problema que deve ser consertado, dado o perigo que ela representa

Quando são abordadas as causas e os motivos que levam os estudantes a evadirem, são produzidas verdades cujos efeitos são específicos: os alunos evadem por isso, os alunos evadem por aquilo. Essas verdades passam a ser naturalizadas nas escolas, na mídia, no cotidiano e são reproduzidas. Na ordem discursiva que engendra a evasão escolar como perigo, como crise, são produzidas verdades sobre este campo que atuam na geração de concepções de como agir para sanar esse problema, como devem ser incluídos os que estão fora da escola e que estratégias devem ser utilizadas para que isso ocorra.

No momento em que aparecem nas mídias sociais, na internet, na televisão, nos jornais, nos discursos de empresários, vigoram nas leis e nas diretrizes do país e o material por eles referenciado representa uma parte significativa do pensamento que orienta as políticas públicas educacionais, estes discursos funcionam como mecanismos de captura. Como escreve Pereira (2008), somos capturados por dispositivos que proliferam nas instituições sob forma de pensamento hegemônico, de ideologias, de paradigmas: “Cada tempo tem os seus heróis, tem os autores da moda, tem as palavras de ordem, os emblemas. Cada época levanta seu estandarte. “ (PEREIRA, 2008, p. 3).

Circulando por esse campo discursivo, quando determinadas enunciações adquirem status de verdade e parecem óbvias aos nossos olhos, acabamos exercitando juízos de valor sobre o que é, o que não é e o que acreditamos que

Promoção:



Apoio:





deveria ser, com base em ideias, valores e definições que são tomadas como verdades instrumentais por outros e, paulatinamente, por nós mesmos.

Sendo assim, podemos dizer que não importa se tais discursos, advindos de entrevistas, de autores ou de reportagens midiáticas, representam de modo efetivo o número de adolescentes que se encontram fora da escola, os índices de reprovação, as causas, os motivos do abandono escolar e da evasão como uma ameaça para a sociedade; não é a veracidade dos discursos que está em jogo aqui. Reforça-se, aqui, a ideia de que esses discursos produzem efeitos de verdade, uma vez que mobilizam, sensibilizam, convocam, incitam a comunidade, a população e os pais a pensarem sobre a evasão escolar, dessa ou daquela maneira, colocando-a como um risco que deve ser sanado.

Auxiliando na produção dessas verdades, o saber da estatística foi sendo produzido como legítimo e potente no interior dos discursos. Esse campo de saber se desenvolveu na medida em que as mudanças que ocorreram no governo por parte dos Estados passaram a demandar a produção de dados sobre a população, sobre as riquezas, saúde e demais aspectos. Para Bello e Sperrhake (2016, p. 418), tratou-se de um momento que coincidiu com “[...] a invenção de poderosos modelos analítico-matemáticos em que se buscava transformar as qualidades dos fenômenos em quantificações e medidas, permitindo seu maior controle e previsibilidade”.

Traversini e Bello (2009) compreendem o saber estatístico em sua relação com a biopolítica, discutindo o modo pelo qual a estatística deixou de ser um instrumento meramente descritivo e quantitativo para operar, também, no governo da população. Assim, ela tornou-se uma disciplina totalmente quantitativa que toma como fundamento práticas e instrumentos de medida, disciplinando esse novo corpo que emerge no século XVIII: a população. Utiliza, ainda, números, taxas e índices – considerados domínios do saber científico – que atuam como tecnologias que operam na conduta dos indivíduos. Se espera, assim, um tipo de governo que tenha como objetivo alcançar uma pluralidade de objetivos, entre estes, manter todos na escola.

Promoção:



Apoio:





[...] cerca de 70% deixou de estudar para trabalhar e ajudar na renda familiar, aproximadamente 3,0 milhões de crianças menores de 16 anos estão trabalhando informalmente no Brasil, reforçando ou mesmo agravando a taxa de repetência escolar, que posteriormente leva ao abandono da mesma e esta situação as exclui da vida estudantil, limitando suas chances de crescimento humano e profissional e agravando questões sociais de capital e trabalho (A12, p. 32).

Dos 3,6 milhões que se matriculam no Ensino Médio, apenas 1,8 milhões concluem esse grau. A taxa de evasão é de 13,3% no Ensino Médio contra 6,7% de 5ª a 8ª série, e 3,2% de 1ª a 4ª série. O Brasil tem, atualmente, 8,3 milhões de alunos no Ensino Médio, matriculados em 24 mil escolas – sendo 17 mil públicas – e metade destes, conforme o Ministério da Educação, não finalizaram seus estudos (A6, p. 40).

[...] temos hoje cerca de um milhão de estudantes da rede pública abandonando o ano letivo, sendo que aproximadamente 17% dos que abandonaram o Ensino Médio estão matriculados no noturno (A3, p. 89).

Os resultados dessa pesquisa destacam dois principais motivos que levam os jovens de até 17 anos a abandonarem a escola média: falta de interesse/motivação (40,29%) e falta de renda familiar (27,09%); outras motivações respondem por 31,73% das respostas (A5, p. 782).

As análises e leituras realizadas por meio de dados que são transformados em números – e que, por sua vez, permitem leituras numéricas – possibilitam uma visão dos efeitos que são tomados para sanar essas problemáticas. Além disso, mostram uma *margem de confiabilidade* para quem lê, uma segurança que só os números passam, sinalizando que desse modo tomadas de decisão podem ser mais eficazes. São esses dados que irão produzir, ainda que tomando como complemento uma análise qualitativa, as políticas públicas na educação, pois os diagnósticos realizados são tomados como parâmetro para a implementação de políticas públicas na educação.

A probabilidade mostra algo que é possível prever ou que irá acontecer no futuro. Nesse sentido, quantificar o risco de que um estudante deixe de estudar ou conclua os estudos está relacionada, conforme Bernstein (1997), à medida da confiança de que algo irá acontecer. Os números “[...] permitem a expressão da

Promoção:



Apoio:





noção de risco, pela apreensão do provável, fator chave do triunfo da cultura ocidental” (SENRA, 2005, p.35). A Teoria da Probabilidade e o conceito de risco estão intimamente imbricados, e os resultados dependem, entre outros fatores, da fidedignidade das informações e dos dados utilizados. Assim, pode-se calcular o que é visto como *normal* e o que está na *média* e nos *padrões aceitáveis*.

Pensando na qualidade e confiabilidade das pesquisas, começam a surgir, dia após dia, órgãos e institutos de pesquisa. Em 1966, por exemplo, no Rio de Janeiro, Brasil, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) cria o Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas. Este centro foi a primeira iniciativa ampla realizada no país para “[...] verificação da aquisição de conhecimentos e sua relação com diferentes variáveis, como sexo, nível socioeconômico, e outras” (GATTI, 2009, p.9). Mas a preocupação ainda não era relativa ao ensino. Até então, as pesquisas pautavam-se na renda, economia, sexo e, mais adiante, na década de 1990, ocorre, na Educação Básica, a implementação de um sistema nacional de avaliação.

A partir de então, devido ao significativo número de estudantes evadidos e repetentes, bem como os números que indicavam um fracasso na educação, a falta de informações que se tinha sobre os alunos, onde moravam, suas idades, se trabalhavam ou não, quem eram seus pais, entre outras questões consideradas relevantes, levou o MEC a avaliar e orientar as políticas da Educação Básica. Foi lançando, em 1987, um projeto piloto de avaliação do rendimento escolar com provas que foram realizadas em 10 capitais brasileiras (GATTI, 2009).

Nessa direção, podemos evidenciar o interesse do governo, dos institutos e dos administradores envolvidos com as políticas públicas pelas estatísticas em educação, uma vez que estas, enquanto “[...] expressões numéricas de coletivos, interessa[m] a todos que agem no e sobre os múltiplos; as estatísticas, mesmo partindo das individualidades, que as fundam, expressam coletividades” (SENRA, 2005, p.16).

A partir da governamentalização do Estado, quando emerge um novo modelo de racionalidade, a estatística vai ser concebida como um saber que vai fornecer dados indispensáveis para uma nova forma de governo. Nesse período, os procedimentos de quantificação, cálculos e medida serão o quadro a partir do qual

Promoção:



Apoio:





Foucault (2008) vai situar a estatística, que se tornará conveniente com a emergência da população, diferente da soberania, que imperava até o momento.

Conforme Fimyar (2009, p. 38), Foucault vai redirecionar o seu olhar “[...] das ameaças exteriores ao Estado para os riscos internos que emergem em relação à população”. Além de utilizar o saber estatístico para conhecer a população, é por meio de políticas públicas, educacionais e assistenciais que o Estado vai agir sobre ela.

Foucault (2008, p. 364) ainda argumenta que a estatística funcionaria como uma “[...] produção de verdade”, portanto, gerando confiança na tomada de decisões por parte dos governantes. Seja a estatística uma *tecnologia de governo* (BELLO; TRAVERSINI, 2009), seja a estatística uma *forma de convencimento* (RECH, 2015), o surgimento dessa ciência do estado permite a formação de uma racionalidade direcionada para a construção de riscos sobre os quais se deve agir.

Esse campo de saber permite “[...] uma liga de uniformidade e confiança em torno do qual os objetos são contados, o que possibilita que ordens de magnitude não afins sejam relacionadas entre si para estabilizar o que está em fluxo” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001, p. 117) e estabelecer parâmetros considerados aceitáveis. A racionalidade estatística não requer apenas dados quantitativos e índices, como também a administração de sujeitos considerados como pertencendo a zonas de risco e ameaça à sociedade, como no caso de estudantes evadidos, sobre os quais se deve agir por meio de uma lógica de prevenção.

Nos fragmentos dos artigos, podemos perceber que essa necessidade de prever e posicionar os indivíduos que estão fora da escola como sendo vulneráveis, ou trabalhadores, ou de determinado gênero, implica em determinadas ações que servirão para amenizar esse fim: “Não podemos quantificar o futuro, por ser desconhecido, mas aprendemos a empregar os números para esquadrihar o que aconteceu no passado” (BERSTEIN, 1997, p.7).

A utilização da estatística, nesses casos, pode funcionar como um instrumento de convencimento de práticas e políticas públicas contemporâneas. Ademais, pode fazer funcionar e inventar um problema sobre o qual pretende atuar,

Promoção:



Apoio:





pois são sempre produzidas por institutos de pesquisa e financiadas por organizações centralizadas no governo. Isto é, por meio de uma razão política, que entendemos como sendo a vontade de manter todos na escola, investem-se em pesquisas e estudos que mostram a *alarmante* situação do número de evadidos.

Desse modo, ela passa a funcionar como uma tecnologia de governo que se utiliza de saberes e procedimentos para situar locais com altos índices de evasão escolar como representando um *risco* para a sociedade. Analisar como a conduta dos sujeitos que se encontram na escola para que eles não entrem na condição de evadidos significa “[...] tomar a prática da gestão do risco como uma forma de governar que necessita do saber estatístico para tomar decisões” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p.143).

Sem utilizar os números e as imagens não seria possível fazer funcionar um discurso que produzisse efeitos desejados. O saber estatístico precisa se articular a outros saberes para se mostrar produtivo, isto é, ele não pode apenas mostrar o número de estudantes que se encontram fora da escola. Ele precisa fazer comparações, precisa que os sujeitos falem da evasão escolar, precisa convocá-los a uma mobilização e necessita que eles tomem esses dados como *verdades*, o que leva a estatística a produzir um controle sobre a capacidade de ler e escrever dos sujeitos. As estatísticas “[...] visibilizam um problema e dão a ele uma magnitude que, sem a objetivação em dados numéricos, talvez não pudesse ser percebida da maneira desejada” (SPERRHAKE, 2016, p. 112).

Na figura abaixo, podemos visualizar os títulos de duas reportagens que abordam a evasão escolar e os riscos que ela poderia produzir na sociedade

Figura 1 - Reportagens sobre o risco da evasão escolar

Promoção:



Apoio:





FUGINDO DA ESCOLA

EVASÃO ESCOLAR TRAZ GRAVES CONSEQUÊNCIAS PARA O FUTURO

Salários mais baixos e maior dependência de programas governamentais são alguns dos efeitos

Programa resgata alunos com risco de evasão escolar em Canoas

Publicado em: setembro 23, 2016

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de manchetes retiradas de sites disponíveis no *Google*

A partir desses dados, para reverter a situação da evasão escolar, são criadas políticas públicas que agirão sobre esse risco que representam os alunos fora da escola, afinal, todos devem escolarizar-se. Para governar a população de modo mais econômico e eficiente, é necessária a produção de informações sobre esta para que se saiba onde investir, de que modo investir, quais as regiões mais problemáticas e qual a população que apresenta maior risco de evasão. Os números governam, mas “[...] não como ‘puros’ números, mas por meio do entrecruzamento dos discursos paralelos que circulam pelos relatórios para traçar o perfil e inventariar pessoas” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001, p. 126, grifo dos autores).

Conhecer a população de modo minucioso faz com que distinções sejam feitas e individualidades possam ser ordenadas: “As distinções mais sutis dos agrupamentos internos na escolaridade permitem calcular melhor a população sobre a qual trabalhar e permitem, assim, aumentar as possibilidades de governança de inclusão e exclusão” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2001, p. 124). Assim, surge uma *economia de governo* por meio das informações estatísticas, uma vez que estas permitem saber onde, quando, como e sobre que perfil se deve atuar, onde e quanto precisa ser investido, podendo investir em áreas específicas e direcionadas, aliás uma das características principais do neoliberalismo: governar menos para governar mais.

Promoção:



Apoio:





Existe, ainda, um caráter moral nos dados numéricos (BELLO, 2012), se por moral compreendermos “[...] um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e às comunidades por intermédio de aparelhos prescritivos diversos – como podem ser as instituições educativas, as associações científicas, instâncias públicas de gestão [...]” (BELLO, 2012, p.25). Para o autor, essa moral exerce importante papel no processo de conduzir condutas, uma vez que as estatísticas fazem aparecer e tornam visíveis determinados princípios que devem ser seguidos. Disseminam *bons resultados* e *boas práticas* que funcionam como regras a serem seguidas. Assim, somos levados a avaliar e decidir quais regras seguir. O caráter moral dos números opera nessa *conjuntura normativa*, tornando-se uma boa razão e um “[...] princípio de conduta desejável à constituição do bom professor” (BELLO, 2012, p.25), da boa escola, do bom ensino.

Não importa se tais números e dados são verdadeiros ou falsos e se representam o número de jovens que se encontram fora dos muros escolares. No momento em que são apontados os motivos, os dados, quem são esses estudantes, se trabalham, se são carentes, em que zona residem, se auxiliam na renda dos pais, entre outros, todos os olhares se dirigirão para estes aspectos. Aí que reside o poder da estatística como tecnologia de governo. Ao utilizar a *numeralização* como estratégia, *verdades* são produzidas.

Desse modo, aqui estamos colocando em exame não a veracidade dos números, mas os modos como acionamos a estatística no fortalecimento de uma certa verdade aos discursos que rondam a Educação a favor de uma escolarização acima de tudo (HENNING; FERRARO, 2022). Assumindo o conceito de verdade em Nietzsche (2003) e Foucault (2011; 2018), a questão nunca foi analisar a veracidade e falsidade dos discursos, mas as condições a partir das quais uma verdade se torna aceitável e possível; trata-se, muito antes, de enxergar as formas de veridicção em que nos tornamos envolvidos. Interessa, aqui, analisar os efeitos que as *verdades* sobre evasão escolar produzem; os discursos que se impõe sobre outros e instauram uma ordem e uma norma que estabelece significados os mais diversos e diz o que conta como verdadeiro, como falso, como certo e como errado. Foi estando debruçadas sobre os efeitos de verdade que se derivam e nos produzem a

Promoção:



Apoio:



partir e junto com as estatísticas que esse texto foi produzido; é estranhando o valor de verdade indubitável em nossa sociedade a respeito da escolarização acima de tudo, que escrevemos esse estudo. Uma vez mais, Foucault nos coloca em exercício filosófico: “O problema é saber como os sujeitos são efetivamente atados nas e pelas formas de veridicção em que se envolvem” (FOUCAULT, 2018, p.10). Quais são as nossas?

Considerações finais

O texto que chega ao seu final, tomou como objetivo analisar a potência da estatística para o fortalecimento da verdade educacional a respeito da evasão escolar. Estranhar a consolidação da escolarização a favor de todos não é tarefa fácil, justo porque a tomamos como argumento fundamental em nome de uma melhoria de vida e na busca pela tão sonhada *conscientização*.

Suspendemos – pelo menos por alguns momentos – as verdades que nos atam no campo da Educação, estranhamos a evasão escolar como problema e a escolarização obrigatória como solução. Fazendo isso, o texto pretendeu colocar em exame a força dos dados estatísticos que prescrevem, previnem e definem um tipo particular de sujeito que tem um específico lugar a ocupar: a escola.

Quando gráficos, tabelas e dados numéricos adquirem status de verdade e parecem ser óbvios aos nossos olhos, acabamos emitindo juízos de valor sobre o que é, o que não é e o que acreditamos que deveria ser, com base em ideias, valores e definições que são tomadas como *verdades* instrumentais. Acabamos definindo a evasão escolar por cor, gênero, classe social e procurando os culpados para esse processo.

A estratégia de *numeralização* que a estatística coloca em jogo produz efeitos de verdade, uma vez que nos mobiliza, sensibiliza, convoca, incita a pensar a evasão escolar, dessa ou daquela maneira, colocando-a como um *risco* que deve ser sanado. Aí residem seus *efeitos de verdade*, efeitos no sentido daquilo que tais discursos podem produzir: produzem estatísticas? Incitam a população a se mobilizar pela causa? Talvez, as duas coisas, e outras mais. Tais discursos investem

Promoção:



Apoio:





na uma produção de uma verdade cujo efeito é unir todos por uma causa. Tal produção reside em sua habilidade de criar os mais diversos efeitos que capturam os indivíduos, passando a integrar uma vasta rede discursiva que cria propagandas, iniciativas e estratégias de mobilização para uma sociedade que deve ser parceira, pois a educação é *uma tarefa de todos*.

Colocar em exame os discursos educacionais que insistem em nos fazer rebanho parece ir ao encontro do jogo parresíástico de que nos convida Foucault (2011): trata-se, acima de tudo, de assumir o risco da coragem da verdade; trata-se de suspender nossos universais e, mesmo que por apenas alguns momentos, nós possamos estranhar os modos como insistimos em fazer Educação: a partir do nosso olhar pedagógico definir as condições melhores, mais verdadeiras e mais certas aos sujeitos com os quais convivemos. Suspender apenas por uns instantes pode nos levar a criar fissuras nas nossas sólidas verdades educacionais. Que verdades nos atam e nos constituem sujeitos da Educação? Cabe a nós o tensionamento.

Referências

BELLO, S. E. L. As práticas curriculares em Matemática que se produzem pelo governo do IDEB. **Horizontes**, Bragança Paulista, v. 30, n. 2, jul./dez. 2012, p. 19-30.

BELLO, S. E. L.; SPERRHAKE, R. Educação e risco social na curricularização do saber estatístico no Brasil. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 38, n. 4, p. 415-424, out./dez., 2016.

BERSTEIN, P. L. **Desafio aos deuses**: a fascinante história do risco. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FIMYAR, O. Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, maio/ago., p. 35-56, 2009.

FOUCAULT, M. **A Coragem da Verdade**: o governo de si e dos outros II. Curso no Collège de France (1983–1984). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

Promoção:



Apoio:





FOUCAULT, M. **Malfazer, dizer verdadeiro**: função da confissão em juízo. Curso em Louvain, 1981. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. Curso no Collège de France (1977–1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GATTI, B. A. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. Revista de ciências da educação. n. 9. 2009. maio/ago. p. 7-18.

HENNING, Paula Corrêa; FERRARO, José Luís. A relação escola-Estado: provocações de Nietzsche e Foucault para pensarmos nossa atualidade. **Educação em Revista**, v. 38, 2022. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0102-469822033>. Acesso em 03 out. 2022.

NIETZSCHE, F. **Ecce Homo**: de como a gente se torna o que a gente é. Porto Alegre: L&PM, 2003.

PEREIRA, M. V. Traços de fundamentalismo pedagógico na formação de professores. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 47, n. 5, p. 1-13, 2008.

POPKEWITZ, T. S.; LINDBLAD, S. Estatísticas educacionais como um sistema de razão: relações entre governo da educação e inclusão e exclusão sociais. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 22, n. 75, ago., p. 111-148, 2001.

RECH, T. L. **Da escola à empresa educadora**: a inclusão como uma estratégia fluxohabilidade. 2015. 259f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RUMBERGER, R. W. **Dropping Out**: Why students drop out of school. Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 2011.

SALSBURG, D. **Uma Senhora toma chá**: como a estatística revolucionou a ciência no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

SENRA, N. C. **O saber e o Poder das Estatísticas**: uma história das relações dos estatísticos com os estados nacionais e com as ciências. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

SPERRHAKE, R. **O dispositivo da numeramentalidade e as práticas avaliativas**: uma análise da “Avaliação Nacional de Alfabetização”. 2016. 191f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2016.

Promoção:



Apoio:





TRAVERSINI, C. S.; BELLO, S. E. L. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 35. n. 2, maio/ago., p. 135-152, 2009.

VARELA, J.; ALVAREZ-URÍA, F. A maquinaria escolar. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 6, 1992. p.225-246.

Promoção:



Apoio:

